

ANEXO V - Documentos a apresentar com a Candidatura
Documentos Gerais a anexar ao formulário de candidatura
I - Documentos obrigatórios à data de submissão da candidatura
A - Relativos ao Beneficiário

1 - O beneficiário deverá estar legalmente constituído	Cf. Declaração das Finanças de início de atividade; Fotocópia do NIPC; Documento Comprovativo da CAE principal e CAE's secundárias; Certidão Permanente da empresa; Fotocópia do BI ou Cartão de Cidadão de quem obriga a entidade; Número de Identificação do IFAP (NIFAP); Credencial emitida pelo INSCOOP - Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo (quando aplicável).
2 - Declaração de consentimento de reprodução do Cartão de Cidadão.	Cf. Modelo de declaração de consentimento prevista no "Anexo VII - Declaração de Consentimento"
3 - Declarações da Autoridade Tributária e da Segurança Social, atestando que o(s) beneficiários têm regularizada a sua situação tributária e contributiva (ou autorizações de consulta em nome da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho - NIF 508754496)	Cf. Autorizações de consulta ou declarações válidas.

B - Relativos à Candidatura: Transversais

5 - Formulário da candidatura	Cf. Modelo de formulário de candidatura em anexo em formato PDF e em formato Excel (Anexo III do Aviso).
6 - Memória Descritiva complementar (caracterização do beneficiário; caracterização da operação; critérios de auto-avaliação)	Cf. Modelo de Memória Descritiva em anexo em formato PDF e em formato Excel (Anexo IV do Aviso). Devem ser respeitados os limites de caracteres indicados para cada ponto, não sendo possível anexar documentos adicionais.
7- Documentação comprovativa da obtenção dos licenciamentos necessários à realização do projeto, sempre que aplicável	Cf. Evidência dos documentos de licenciamento/autorização (quando aplicável).
8 - Para as intervenções de carácter infraestrutural, Extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM com a área de intervenção da Operação individual em causa implantada, se aplicável.	Cf. Extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM
9- No caso de projetos infraestruturais, planta de localização do projeto: este documento de ser configurado em tamanho A4, que permita ter uma perceção geral da implantação da zona a intervir com a operação abrangida na candidatura;	Cf. Planta de localização.
10 - Quando projetos infraestruturais, fotografias, em número máximo de 6 (seis), que sejam elucidativas quanto à situação física da área e/ou edificado a intervir, em data prévia à concretização do investimento objeto da candidatura, se aplicável;	Cf. Fotos anexas à candidatura
11- No caso de Projetos Infraestruturais, licença que comprove que está devidamente salvaguardada a legitimidade do beneficiário para intervir no espaço;	Legitimidade de Intervenção no Espaço no mínimo, pelo período da intervenção de três anos para PME e cinco anos nos restantes casos, após finalização do projeto, aferido através de Registo Predial e/ou Caderneta Predial, contrato de arrendamento, licença camarária ou outro equiparado.
12 - Apresentação de orçamentos de fundamentação da proposta de investimento	Cf. Apresentação obrigatória de 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante a integrar no orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora;
13 - Para as intervenções de carácter infraestrutural, deve ser apresentado projeto técnico de execução (cortes, plantas e alçadas devidamente identificadas, memória descritiva do(s) projeto(s) de especialidades e mapa de medições/orçamento(s) e caderno de encargos	Cf. Projecto Técnico de execução

C - Relativos à Candidatura: Criação de Emprego

17 - Comprovativo do número de trabalhadores da empresa no ano pré-projeto.	Cf. Último Extrato da Declaração Mensal de Remunerações (DMR). Nota: com base nos trabalhadores existentes (pré-projeto), afere-se a criação de postos de trabalho a criar (pós-projeto).
-----------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO V - Documentos a apresentar com a Candidatura
D - Relativos à Candidatura: Componente Financeira

<p>18 - Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF) - Projetos ≥ 50.000€ de investimento</p>	<p>1. Cf. Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, devendo incluir:</p> <p>a) "Plano de Negócios é um plano base, essencial para a estruturação (...) de uma nova ideia de negócios. Deve ser um plano que se foque nas linhas essenciais do projeto, que defina a alocação dos vários tipos de recursos, que esteja concebido para concretizar a ideia que se pretende implementar (...)". (in: Guia Explicativo para a Criação do Plano de Negócios e do seu Modelo Financeiro; IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. Abril 2016). O Plano de Negócios deverá conter nomeadamente os seguintes pontos: (i) sumário executivo; (ii) histórico da companhia e/ou dos promotores; (iii) o mercado subjacente; (iv) a nova ideia e o seu posicionamento no mercado; (v) o projeto/produto/ideia; (vi) estratégia comercial; (vii) gestão e controlo do negócio; (viii) investimento necessário; (ix) projeções financeiras/modelo financeiro;</p> <p>b) O Modelo Financeiro do Plano de Negócios e as demonstrações financeiras previsionais devem conter nomeadamente os seguintes quadros: (i) pressupostos; (ii) projeções de vendas ou volume de negócios; (iii) mapa de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas; (iv) fornecimento e serviços externos; (v) custos com o pessoal; (vi) investimentos; (vii) investimento em fundo de maneio necessário (viii) financiamento (ix) demonstração de resultados; (x) balanços; (xi) indicadores económico-financeiros.</p>
<p>19 - Deverá ser demonstrada que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, por Capitais Próprios, aumento do Capital Social, Suprimentos, Autofinanciamento, Empréstimos Bancários ou outros.</p>	<p>"Cf. Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, por Capitais Próprios, aumento do Capital Social, Suprimentos, Autofinanciamento, Empréstimos Bancários ou outros. Neste âmbito, importa assegurar os seguintes requisitos:</p> <p>(i) Autofinanciamento: Neste caso, deverá ser utilizado em cada ano de execução do investimento, um valor de autofinanciamento, que tenha como limite os meios libertos líquidos (Resultados Líquidos + Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização + Imparidades + Provisões + Aumentos/Reduções de justo valor) obtidos no ano pré-projeto.</p> <p>(ii) Capitais Próprios: Consideram-se capitais próprios, o Capital Próprio da Empresa incluindo novas entradas de capital (capital social, incorporação de suprimentos e prestações suplementares de capital).</p> <p>(iii) A realização de Capital Social e ou Suprimentos e prestações suplementares de capital deve ser comprovada através da apresentação da apresentação de balanço intermédio certificado por ROC ou TOC.</p> <p>(iv) No caso de recurso a empréstimo, a entidade beneficiária deve apresentar documento de instituição financeira com o compromisso efetivo do financiamento em causa;</p> <p>(v) Em qualquer dos casos, os documentos comprovativos deverão ser apresentados no limite até à data de assinatura do Termo de Aceitação.</p> "
<p>20 - Informação Económica Financeira do Beneficiário (dos últimos 3 anos)</p>	<p>cf. Balanço e Demonstração de Resultados, devidamente aprovados, quando aplicável, e IES (dos últimos 3 anos)</p>
<p>21 - No caso de o IVA ser apresentado como despesa elegível em sede de candidatura, a mesma deve ser instruída com declaração emitida pela Autoridade Tributária.</p>	<p>Cf. Declaração emitida pela Autoridade Tributária (evidência do pedido da declaração aquando da submissão da candidatura devendo a mesma ser entregue aquando do 1º Pedido de Pagamento)</p>
Documentos Específicos (por tipologia) a anexar à candidatura	
Linha de Ação A. Qualificação de Operadores-marítimo-turísticos do Litoral Norte	
Específicas	
<p>A.1 - As operações devem ser apresentadas por empresas por "Operadores marítimo-turísticos" na aceção do RNT registados no Registo Nacional de Turismo (à data de submissão da candidatura) e localizados no Litoral Norte (com sede ou representação formal)</p>	<p>Cf. Registo no Registo Nacional de Turismo o qual deve evidenciar também que a empresa tem sede ou representação formal no Litoral Norte</p>